



ATA Nº 03/2015

Aos 10 (dez) dias do mês de abril de 2015, às 16h, no auditório da Prefeitura de Nova Bréscia/RS, realizou-se assembleia geral ordinária da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), sob a presidência do prefeito de Dois Lajeados, senhor Valnei Cover. A mesa oficial foi formada pelo presidente Valnei Cover; prefeito de Nova Bréscia, Gilnei Agostini; vice-prefeito de Nova Bréscia, Paulinho Vian; deputado federal Ronaldo Nogueira; presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (Codevat), Cíntia Agostini, e 1º vice-presidente da AMVAT, prefeito Sidnei Eckert. Estiveram presentes os prefeitos de Dois Lajeados, Nova Bréscia, Muçum, Cruzeiro do Sul, Boqueirão do Leão, Arroio do Meio, Encantado, Roca Sales, Doutor Ricardo, Anta Gorda, Cruzeiro do Sul, Santa Clara do Sul, Progresso, Travesseiro, Marques de Souza, Imigrante, Vespasiano Corrêa, Coqueiro Baixo, Capitão, Pouso Novo, Relvado, Forquetinha, Arvorezinha, Putinga Estrela e Santa Clara do Sul, e o vice-prefeito de Poço das Antas. O presidente deu início aos trabalhos saudando os presentes e em seguida passou a palavra ao anfitrião, Gilnei Agostini, que deu boas-vindas a todos e convidou-os a prestigiarem a programação do cinquentenário de Nova Bréscia. Na continuidade o presidente colocou em votação a ata da assembleia anterior, realizada em Boqueirão do Leão, a qual foi aprovada por unanimidade. Inicialmente houve a apresentação do novo gerente regional da Emater-Ascar/RS, Marcelo Brandoli, e do gerente-adjunto, Carlos Augusto Lagemann, que se colocaram à disposição dos municípios. Prosseguindo os trabalhos ocorreu a participação do deputado federal Ronaldo Nogueira (PTB), que falou sobre a CPI da Telefonia, para a qual ele possui assinaturas suficientes de parlamentares para ser instalada na Câmara Federal. “Se não for instalada a CPI, o prejuízo é do Brasil”, afirmou o deputado, segundo o qual as operadoras que detêm o controle do serviço não cumprem as premissas básicas definidas quando houve a privatização, como a universidade, competitividade, modicidade tarifária e qualidade e eficiência. Conforme Nogueira, quando houve a privatização muitos bens da antiga Telebras foram transferidos às empresas para a utilização por determinado período, os quais deveriam ser devolvidos à União. Porém, segundo ele, isto não ocorreu. Além disso, informou, foi criada uma tarifa de conexão, que também seria por tempo determinado, para subsidiar investimentos. Esta tarifa deveria ter sido revista em 2002, o que também não foi feito. “As operadoras não investiram em infraestrutura e continuam cobrando a tarifa de interconexão. Além disso, de cada R\$ 100,00 aplicados em multas pela Anatel, só pagam R\$ 4,00”, acusou. O deputado ressaltou, ainda, que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) possui processos contra as operadoras desde 2002 e não os julga. Informou também ter ingressado com representação no Ministério Público Federal, o qual não avançou. Para ele, é preciso pressionar a Câmara para instalar a CPI da Telefonia, o que ele acredita que deva ser feito pelo presidente do Legislativo, Eduardo Cunha (PMDB), até o mês de junho, já que tem assinaturas de parlamentares suficientes para a abertura do processo. “As operadoras têm corruptores bem mais gigantes dos que operaram na Petrobras”, enfatizou. Houve ainda participação do radialista Milton Cunha, da Rádio Bandeirantes, que colocou seu programa à disposição para abordar o problema da telefonia na região, ficando definido que será acertada uma data com a AMVAT para a transmissão do programa desde a sede da associação, em Estrela, numa segunda ou sexta-feira à noite,



com a presença também do deputado Ronaldo Nogueira. Depois destas participações a presidente do Codevat, Cíntia Agostini, convidou a todos para participarem da Caravana da Transparência do Governo do Estado, a ser realizada no dia 14 de abril, na Univates, em Lajeado, com a presença do governador José Ivo Sartori. Na ocasião serão definidas as prioridades da região funcional 2, formada pelos vales do Taquari e Rio Pardo, para o Plano Plurianual do Estado. Foi definido, por outro lado, tendo em vista que a audiência com a Casa Civil, solicitada pela AMVAT, ainda não se concretizou, que a associação e Codevat, junto com outras entidades de caráter regional, vão buscar agenda com o presidente da Assembleia Legislativa, Edson Brum, e com os deputados Enio Bacci, Alexandre Postal, Edegar Pretto e Zilá Breitembach para apresentar as prioridades regionais. Outra discussão do encontro foi em relação às dificuldades financeiras enfrentadas pelos municípios, sendo sugerida a suspensão das mensalidades da AMVAT até o final do ano como forma de colaborar com as prefeituras. O assunto foi discutido no G-8 e levado à assembleia. Por unanimidade os presentes votaram pela suspensão da cobrança até o fim do ano. “Sabemos que somente isto não vai resolver a situação, mas é uma forma de nossa associação colaborar com os municípios filiados, que já estão tomando outras medidas para a contenção de despesas”, afirmou o presidente Valnei Cover. Segundo ele, a decisão da AMVAT pode servir de exemplo a outras entidades que representam os municípios. Representante da região na Confederação Nacional de Municípios (CNM), o prefeito de Imigrante, Celso Kaplan, disse que os prefeitos do Vale do Taquari, estão, desta forma, dando um bom exemplo diante da realidade atual. Os prefeitos de Progresso, Edegar Cerbaro, e de Cruzeiro do Sul, César Marmitt, também ressaltaram a gravidade da situação e da mesma forma destacaram que a suspensão das mensalidades da AMVAT até o final do ano é uma forma de a entidade colaborar. “Temos dificuldades, estamos fazendo cortes e sabemos que muitos municípios também estão reduzindo despesas e cancelando eventos”, frisou Marmitt. A medida vale já a partir deste mês de abril. Houve ainda a participação de representantes da RBS-TV, que propuseram parceria com os municípios para a Festa da Imigração, ficando definido que eles voltam no mês de maio para apresentar aos prefeitos um cronograma do evento, relativo também aos custos de sua promoção. Na assembleia foi abordada a lei que trata da concessão de auxílios por parte dos entes públicos, inclusive municípios, a qual começa a vigorar no mês de julho. O assunto foi trazido ao plenário pelo prefeito de Arroio do Meio, Sidnei Eckert, alertando que deverá haver dificuldades para os repasses por parte das prefeituras, inclusive para instituições como os hospitais, por exemplo. Ele disse já ter levado a situação à Confederação Nacional dos Municípios e acredita que, de acordo com o que estabelece a lei, as próprias entidades terão dificuldades em atender as novas exigências. O prefeito de Progresso, Edegar Cerbaro, entende que os municípios deveriam lutar para que as novas regras valessem, por exemplo, para cidades com mais de 100 mil habitantes., porque as menores não terão como atender. Informou ter procurado a CDP para informar-se e que, pelo que a entidade entende, não haverá condições de efetuar qualquer repasse a partir de julho. Por este motivo, foi sugerido, e aprovado, convidar representante da CDP para falar sobre a nova lei na assembleia de maio, que será realizada em Estrela. Ainda no encontro houve manifestação do ex-prefeito de Relvado, Jatir Radaelli, que está ocupando cargo no Espaço Municipalista da Assembleia Legislativa, e colocou-se à disposição dos municípios. Por fim, foram discutidas sugestões da região à Reforma Política, a serem levadas à Famurs e CNM. Para o prefeito de Arvorezinha, Luiz Paulo Fontana, a Reforma Política é menos



importante que o Pacto Federativo. Ele criticou os deputados por não discutirem este assunto, porque com um novo pacto federativo os prefeitos não precisariam mais se deslocar à Brasília com “o pires na mão” para solicitar recursos, tendo mais autonomia. Para ele, é preciso também limitar o número de mandatos de senadores e deputados, o que igualmente não é discutido. Em nível de associação, a sugestão é ampliar em dois anos o mandato dos atuais prefeitos, para que haja coincidência das eleições em 2018, e a partir daí mandato de cinco anos em todos os níveis, sem reeleição. As sugestões serão levadas à Famurs, que realiza encontro no dia 13, em Porto Alegre, com prefeitos de todo o Estado. Assim, nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou os trabalhos, convidando a todos para a assembleia geral marcada para o dia 22 de maio, às 10 horas, no município de Estrela. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

**Prefeito Valnei Cover,
Presidente da AMVAT**